

Wilson Dias/ABR

## Senadores vão discutir a reestruturação das polícias

Grupos de trabalho devem analisar também tráfico de armas e controle de fronteiras, comércio de drogas, crime organizado, Estatuto da Criança e do Adolescente, sistema penitenciário e orçamento da segurança



A Subcomissão Permanente de Segurança Pública vai discutir a proposta de emenda constitucional que reestrutura os órgãos de segurança do país. Autor do pedido para realização do debate, o sena-

dor Romeu Tuma teme os efeitos do que chamou "choque profundo" nas polícias militar e civil dos estados. A subcomissão pretende examinar também a ideia do governo de atribuir poder de polícia às

Forças Armadas. O presidente do colegiado, Tasso Jereissati, anunciou sub-relatores encarregados de elaborar propostas destinadas a combater vários problemas que afetam a segurança pública. 3

## Aprovada doação para combate à Aids em Moçambique

Jonas Pereira



A autorização para o Brasil doar R\$ 13,6 milhões ao país africano recebeu aprovação de todos os senadores da Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores aprovou, em decisão terminativa, projeto que autoriza a União a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique. Os recursos devem

ser utilizados na primeira fase de instalação de uma fábrica de medicamentos que impedem a multiplicação do vírus da Aids.

Os senadores da comissão tam-

bém acolheram a indicação de Mauro Luiz Iecker Vieira para embaixador brasileiro em Washington. O diplomata previu um "diálogo harmonioso" com os

Estados Unidos. O novo governo norte-americano, segundo ele, tem emitido sinais de que considera o Brasil um importante interlocutor para temas globais. 6

## Cai em 87% gasto do Senado com obra em funcionais

Os gastos do Senado com obras nos imóveis funcionais diminuíram de R\$ 991.542, em 2007, para R\$ 125.185, em 2009. A diferença é de R\$ 866.357, ou seja, de 87,3%. A informação consta de relatório com balanço das atividades da Terceira-Secretaria apresentado em Plenário por Mão Santa. 2

José Cruz



Senadores, estudantes e representantes da comunidade científica participam de audiência pública no Plenário

## A ciência como aliada da paz e do desenvolvimento

O Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento (10 de novembro) foi comemorado ontem, no Plenário do Senado, por seis comissões permanentes da Casa. A audiência pública contou com a participação de parlamentares, estudantes e representantes da comunidade científica. 8

Senador contesta oposição, a qual lembrou que regras do setor elétrico foram elaboradas na gestão da então ministra de Minas e Energia

## Apagão: Zambiasi diz que Dilma não pode ser responsabilizada

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) disse ontem que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, não pode ser responsabilizada pelo apagão que atingiu 18 estados brasileiros e até o Paraguai, na última terça-feira. Dilma, que ocupou o Ministério de Minas e Energia no período de elaboração do marco regulatório do setor elétrico (2003-2005), foi apontada por senadores da oposição como responsável pelo problema.



Sérgio Zambiasi ressalta que apagão elétrico não é "privilégio brasileiro"

Zambiasi afirmou que o apagão elétrico não é um "privilégio brasileiro", lembrando que fenômenos como esse têm ocorrido em países de todo o mundo. Ele citou especificamente os Estados Unidos, o Canadá e a Indonésia, onde, em 2005, um blecaute deixou sem energia

elétrica 100 milhões de pessoas por 12 horas.

– Blecautes não podem ser evitados – disse Zambiasi, destacando a ocorrência de outros apagões no Brasil.

O senador lembrou que, para levar a energia elétrica a áreas isoladas no meio rural, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou, em dezembro de 1998, o Programa Nacional de Eletri-

ficação Rural, conhecido como Luz no Campo, e que Dilma lançou o programa Luz para Todos.

Zambiasi acrescentou que "o Brasil está trabalhando para que no futuro tenha energia abundante e suficiente para promover o desenvolvimento".

## Delcídio analisa problema e avalia que população merece explicações

Engenheiro elétrico e ex-ministro de Minas e Energia do governo Itamar Franco, Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou ontem que o Sistema Elétrico Brasileiro pode ser considerado o melhor do mundo, mas, como qualquer outro, está sujeito a eventuais falhas.



Conforme Delcídio, somente o Operador Nacional do Sistema deveria falar

Delcídio, em uma avaliação inicial, apontou falhas no sistema de segurança, chamada Esquema de Rejeição e Alívio de Carga (Erac) da usina de Itaipu, que não teria conseguido impedir que o problema em uma ou mais linhas de transmissão fosse passado adiante, criando "o efeito dominó" e atingindo 18 estados do país.

O senador criticou as declarações desencontradas fornecidas por diversos agentes do setor elétrico à imprensa e disse que a única autoridade habilitada a fazê-lo é o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

– Ontem me chamou a atenção a forma como as coisas foram comunicadas. O assessor de comunicação de Itaipu falou sobre sistemas. O diretor da Aneel, sobre

blecaute. Depois, entrou o diretor de Furnas para falar sobre o assunto. Somente uma instituição devia falar: o Operador Nacional do Sistema. Alguns foram dar pitaco como especialistas, e o pitaco virou político, uma verdadeira torre de Babel – criticou.

Para o senador, o governo deve uma explicação à população, que paga tributos inclusive para subsidiar o sistema termelétrico complementar ao hidrelétrico. Alguns ditos "especialistas", segundo Delcídio, alegaram que o sistema complementar não foi acionado por uma suposta demora, o que, disse, não é verdade, considerando que as usinas a gás têm seu acionamento imediato, ao contrário das usinas a carvão.

Em aparte, Valter Pereira (PMDB-MS) concordou que houve uma melhora na infraestrutura, mas pediu uma investigação aprofundada sobre o apagão. Já Wellington Salgado (PMDB-MG) avaliou que a população merecia uma explicação como a oferecida por Delcídio.

## Relatório aponta redução de 87,3% nos gastos com obras em imóveis funcionais

Mão Santa (PSC-PI) apresentou ontem em Plenário balanço das atividades da Terceira-Secretaria, órgão da Mesa coordenado por ele. De acordo com o levantamento, os gastos do Senado com obras nos imóveis funcionais diminuíram de R\$ 991.542, em 2007, para R\$ 125.185, em 2009. A diferença é de R\$ 866.357, exatamente 87,3%.

O senador destacou, entre as providências do órgão, a revalidação do Ato 24/92 da Mesa diretora. A medida, segundo ele, regulamentou o pagamento do auxílio-moradia aos senadores que não ocupam imóveis funcionais. Até então, o benefício vinha sendo concedido sem que houvesse uma norma para definir os parâmetros para o repasse de verbas. Juridicamente, o ato de revalidar uma norma legal é chamado de "represtinação".

O relatório apresentado por Mão Santa informa que, em conjunto com

a Mesa, a Terceira-Secretaria definiu o valor de R\$ 30 mil como limite máximo de gastos com reforma por apartamento funcional. Além disso, foi implementado o inventário do mobiliário dos apartamentos, bem como o tombamento dos novos materiais. Determinou-se ainda a assinatura dos termos de ocupação dos apartamentos por senadores e outras autoridades. Esse último processo, de acordo com Mão Santa, está em fase de finalização.

Segundo o senador, para buscar uma racionalização cada vez maior dos gastos com obras, a Terceira-Secretaria determinou que as plantas dos apartamentos e o seu mobiliário serão padronizados. Assim, será construído um apartamento piloto, que servirá de base para reformas futuras.

A atribuição de supervisionar o sistema habitacional do Senado foi entregue em 2009 pela Mesa à Terceira-Secretaria.

## TV Senado deve permanecer 24 horas no ar todos os dias, afirma Wellington

Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou ontem, em Plenário, a sugestão de reduzir à metade a programação exibida pela TV Senado como forma de cortar custos. A ideia consta da proposta de reforma administrativa do Senado apresentada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na avaliação do parlamentar, a redução para 12 horas, e não mais 24 horas como atualmente, da programação, conforme proposto pela FGV, poderá restringir o acesso da população brasileira aos resultados da atividade dos senadores.

– Passamos por momentos difíceis nes-



Wellington Salgado pede cuidado na avaliação da proposta feita pela FGV

ta Casa, mas sempre tivemos transparência. Sempre tivemos o povo participando, as matérias em jornais, em revista e em televisão sendo feitas. A TV Senado deu origem a matérias que foram copiadas por outras televisões, dando a interpretação do seu editorial e dos seus diretores, mas as reportagens foram geradas pela TV Senado – disse.

Wellington pediu aos integrantes da

Mesa que avaliem com cuidado a sugestão da FGV, para que não seja reduzida a transparência do trabalho dos parlamentares.

## Virgílio quer tornar obrigatório relatório sobre viagens de trabalho ao exterior

Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu ontem que os senadores façam, obrigatoriamente, relatórios sobre suas viagens de trabalho. A ideia veio a partir de iniciativa do senador José Agripino (DEM-RN), que acabara de prestar contas de sua ida à Nova York para participar de reuniões na Organização das Nações Unidas (ONU).

Virgílio anunciou que apresentará projeto de resolução para tornar a prática uma norma, uma vez que as viagens são pagas com recursos públicos. Ele disse que o relatório deverá ser aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e distribuído a todos os senadores, para que possam analisar e até fazer objeções.

– É uma forma de sairmos desse provincialismo brasileiro, de olharmos só para dentro e não para fora e termos muito pouco interesse em política externa.

O senador qualificou como grotesca e ridícula a cena de parlamentares brasileiros andando pelos corredores da ONU carregando sacolas abarrotadas de compras e expondo o Brasil ao ridículo. A obrigatoriedade de prestação de contas seria uma iniciativa modernizadora.

– Hoje, se fizermos uma pesquisa, vamos constatar que o povo repudia a ideia de um parlamentar viajando. Mas, num mundo globalizado, como é que o parlamentar não vai viajar? Deve viajar para aprender, ensinar, trocar ideias, para voltar e transmitir a experiência que adquiriu.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Cristovam Buarque (PDT-DF), Romeu Tuma (PTB-SP) e Fernando Collor (PTB-AL).

## Pedido de auditoria do TCU na folha de pagamentos partiu do Senado

Mão Santa (PSC-PI), na presidência dos trabalhos do Plenário, leu ontem nota da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado esclarecendo que a solicitação de auditoria feita ao Tribunal de Contas da União (TCU) partiu da atual Presidência, no dia 31 de julho deste ano. De acordo com informações da imprensa, a auditoria teria identificado indícios de que 472 funcionários do Senado esta-

riam recebendo salários acima do teto constitucional.

A nota informa que a iniciativa teve por objetivo identificar possíveis irregularidades na política de pessoal do Senado, com vistas a orientar decisões no âmbito da reforma administrativa em andamento. A nota salienta que o levantamento do tribunal encontra-se em fase preliminar.

Divulgação



Maria da Penha esteve no estande do Senado na Feira Pan-Amazônica do Livro

## Maria da Penha autografa em Belém lei que leva seu nome

Quando chegou ao estande do Senado na 13ª Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, na tarde de ontem, Maria da Penha Maia Fernandes foi recebida como uma celebridade. Muito aplaudida, a farmacêutica cearense autografou publicações fornecidas pelo senador José Nery (PSOL-PA) com a íntegra da Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

– Minha luta valeu a pena, mas ela não terminou com a aprovação da Lei 11.340/06. Minha questão pessoal foi resolvida, mas a batalha se tornou mais intensa porque passou a ser uma questão coletiva – disse ela para dezenas de homens e mulheres, jovens e adultos.

Seu nome foi gritado algumas vezes por anônimos que passavam pelos corredores. Cada vez que isso acontecia, era aplaudida. Outros agradeciam por sua luta em favor da lei que se tornou valioso instrumento na luta das mulheres brasileiras pela dignidade e respeito.

A razão de tamanho apreço é uma história de muito sofrimento. Em 1983, Maria da Penha foi baleada, enquanto dormia, por seu marido, um professor universitário. Em decorrência disso,

perdeu os movimentos das pernas e passou a se locomover com o auxílio de cadeira de rodas.

De volta à sua casa, seu marido passou a agredi-la constantemente e tentou eletrocutá-la. Foi quando a farmacêutica conseguiu autorização judicial para ir morar só com as três filhas.

Transcorridos sete anos, seu marido foi condenado a 15 anos de prisão. A defesa recorreu e, um ano depois, conseguiu anular a condenação. Em 1996, foi realizado novo julgamento. Dessa vez, a pena foi de dez anos. Mas ele permaneceu em regime fechado por somente dois anos. Organizações não governamentais levaram o caso à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Paralelamente, iniciou-se a discussão de uma proposta de legislação que garantisse os direitos das mulheres, sobretudo, o de não sofrer agressão. Proposta elaborada sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República foi encaminhada ao Congresso. O Parlamento aprovou um substitutivo, por unanimidade. Em 7 de agosto de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Maria da Penha.

## Comissária da ONU pede apoio a projetos em favor de minorias

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Cristovam Buarque (PDT-DF), recebeu ontem a visita da alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para Assuntos de Direitos Humanos, Navanethem Pillay. Na ocasião, Pillay apelou aos senadores pela rápida aprovação de projetos em defesa das minorias que tramitam no Legislativo.

Cristovam explicou que a CDH atua no Senado como uma comissão específica para tratar de aspectos ligados aos direitos humanos, que propõe leis para defender populações indígenas do país, bem como outras minorias e grupos que sofrem

preconceitos. Ele também destacou que, no Plenário do Senado, ocorrem muitos pronunciamentos e debates sobre meios de ampliar essa proteção.

O senador ofereceu à visitante um livro com texto dele e fotos de Sebastião Salgado sobre crianças em escolas de todo o mundo. Navanethem Pillay afirmou que sua visita se liga à missão da ONU de auxiliar os países a aderir a tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e a efetuar mudanças na sociedade de modo a proteger melhor grupos que são alvo de discriminação.

Também participaram do evento Fátima Cleide (PT-RO) e José Nery (PSOL-PA).



Cristovam Buarque (D) e José Nery conversam com Navanethem Pillay

Tráfico de armas, crescimento do consumo de crack e sistema penitenciário estão entre as prioridades do colegiado, que escolheu também seus sub-relatores

## Subcomissão de Segurança define temas de trabalho

O PRESIDENTE DA Subcomissão Permanente de Segurança Pública, Tasso Jereissati (PSDB-CE), anunciou ontem a relação de sub-relatores e seus respectivos temas de trabalho voltados ao combate à criminalidade e ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública no país. Vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a subcomissão também aprovou dois requerimentos de audiência pública e deverá discutir no dia 24, às 18h, voto em separado do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), a proposta de emenda à Constituição (PEC 21/05) que reestrutura os órgãos de segurança pública.

De acordo com Jereissati, sete temas deverão nortear a atuação da subcomissão, sendo distribuídos entre os seguintes sub-relatores:

- Tráfico de armas e controle das fronteiras: César Borges (PR-BA), vice-presidente da subcomissão.

- Tráfico de drogas, com especial atenção para o combate ao crack: Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que também é relator-geral.
- Sistema Nacional de Segurança Pública: Romeu Tuma (PTB-SP).
- Sistema penitenciário: Aloizio Mercadante (PT-SP).
- Crime organizado: Osmar Dias (PDT-PR).
- Acompanhamento da execução orçamentária na área de segurança pública: Marconi Perillo (PSDB-GO).
- Estatuto da Criança e do Adolescente: Pedro Simon (PMDB-RS).

A questão da segurança pública poderá começar a ser analisada a partir da discussão sobre o papel das Forças Armadas na defesa das fronteiras nacionais, com ênfase no combate ao tráfico de drogas e de armas. Esse é o foco de um dos requerimentos já aprovados pela subcomissão, que deverá convidar o ministro

da Defesa, Nelson Jobim, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, para debater o assunto.

Autor desse requerimento, César Borges comentou, durante a reunião, reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre um projeto de lei complementar a ser enviado pelo Executivo ao Congresso, dando poder de polícia às Forças Armadas na região de fronteira.

Jarbas Vasconcelos considerou importante a questão e afirmou ser hora de o Exército se atualizar e preparar homens para ajudar na segurança interna do país.

– Deveria ser mudada essa tradição das Forças Armadas, colocando-se o Exército nas ruas em auxílio às polícias – reforçou o senador, cuja intervenção foi apoiada por Tuma, que observou que a Constituição dá poder para as Forças Armadas intervir em caso de força policial nos estados, caso a violência fuja ao controle.



Tasso Jereissati (E) preside subcomissão. Relator Jarbas Vasconcelos (D) quer Forças Armadas no combate à criminalidade

## Audiência discute reestruturação das polícias

A Subcomissão Especial de Segurança Pública realizará audiência pública sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 21/05) que reestrutura os órgãos de segurança do país, a pedido do senador Romeu Tuma (PTB-SP), sub-relator do Sistema Nacional de Segurança Pública e relator da PEC na CCJ, à qual a subcomissão é vinculada.

A PEC 21/05 é de iniciativa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da subcomissão, e, entre outras medidas, estabelece a “desconstitucionalização” das polícias. Contrário à proposta, que classificou como “choque profundo” nas polícias estaduais, Tuma elaborou parecer pela rejeição da proposta.

Na próxima semana, entretanto, é esperada a apresentação de voto em separado pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), favorável à proposição.

Enquanto Tuma acredita que a “desconstitucionalização” poderá afetar a captação de verbas federais para o aparelho de segurança pública estadual e tornar confusa a competência entre as polícias, Jereissati argu-

menta que os governadores não podem continuar obrigados a manter duas polícias (civil e militar), que muitas vezes trabalham “se boicotando”.

### Convidados

Pelo requerimento aprovado, o debate sobre a PEC 21/05 deverá contar com a participação de representantes da Associação Nacional dos Oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares; da Associação Nacional dos Cabos e Praças das Polícias Militares e dos Corpos

de Bombeiros; da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Civil; da Associação Nacional dos Agentes da Polícia Civil e da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal.

Além de analisar o voto em separado de Demostenes à PEC 21/05, a subcomissão deverá realizar, em sua próxima reunião, dia 24, debate sobre a proposta de reestruturação dos órgãos de segurança pública e sobre o papel das Forças Armadas na defesa das fronteiras e no combate ao tráfico de drogas e armas.



Tuma (à dir., com César Borges) critica “desconstitucionalização” das polícias



Inácio Arruda lembra os cinco anos da morte do palestino Yasser Arafat

## Cesare Battisti deve ficar no Brasil, diz Inácio Arruda

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a permanência no Brasil do italiano Cesare Battisti, condenado em seu país pela suposta participação em quatro assassinatos na década de 1970. E disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) não aceite o pedido de extradição feito pelo governo da Itália.

– Não o conheço pessoalmente, mas ele conta com minha solidariedade – disse.

O senador comparou a eventual extradição de Battisti à de Olga Benário, então esposa de Luís Carlos Prestes, morta em um campo de concentração nazista.

Inácio Arruda também homenageou o líder palestino Yasser Arafat, que faleceu em 11 de novembro de 2004. O senador lembrou que Arafat foi um dos fundadores da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

## Ação contra Geisy foi grotesca, diz Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) classificou como grotesca a humilhação imposta à estudante de Turismo Geisy Arruda, que foi expulsa da Universidade Bandeirantes (Uniban), em São Bernardo do Campo (SP), por ter usado um vestido curto, o que provocou a reação de colegas da faculdade.

O senador lembrou que a universidade recuou da decisão, ao substituir a pena de expulsão pelo isolamento da jovem em um outro prédio da instituição, distante do local em que a aluna foi agredida. Valter Pereira, no entanto, criticou a decisão, lembrando que a Constituição repudia qualquer forma de discriminação.

Ao expressar solidariedade à estudante, Valter Pereira ressaltou que a minissaia está incorporada à cultura do povo brasileiro, sendo um traje comum em ambientes públicos.



Para Valter Pereira, a minissaia é um traje comum em ambientes públicos

Os 120 anos da Proclamação da República são lembrados em sessão do Senado. Parlamentares avaliam o atual estágio da democracia brasileira

# República ainda permanece dividida, afirma Cristovam

O SENADO PRESTOU ontem homenagem aos 120 anos da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889. Requerida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a sessão foi aberta pela 2ª vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT). Além deles, discursaram os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Mão Santa (PSC-PI). Os parlamentares centraram seus discursos na avaliação do atual estágio da democracia brasileira.

Cristovam Buarque afirmou que o processo iniciado naquela ocasião não estará completo enquanto o país permanecer socialmente dividido.

– Mantemos essa diferença, essa separação. Essa separação



Cristovam: "Escolas públicas foram relegadas às camadas mais pobres"

está na escola. Essa separação está nos hospitais. Essa separação está no local onde compramos as coisas. Essa separação está na maneira como uns de nós olhamos para os outros – disse.

Cristovam discursou sobretudo a respeito da diferença

## Para Serys, Brasil vive período mais democrático em 120 anos

Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que o Brasil vive o período mais democrático em 120 anos de República. Disse, no entanto, que o país precisa avançar em muitos setores, ao lembrar que ainda registra altos índices de analfabetismo, pobreza e atendimento precário em saúde, além da existência de trabalho escravo em muitas áreas rurais isoladas.

Serys observou ainda que a democracia tem que ser construída no dia a dia, apontando as ações do atual governo no estímulo à construção de moradias e geração de empregos, voltadas sobretudo à população

mais carente.

Para Serys, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi o ápice de uma série de eventos que começaram a ocorrer no Brasil ainda antes da Independência, entre os quais, a Conjuração Baiana (ou Revolta dos Alfaiates) e a Inconfidência Mineira, ainda no século 18, e a Confederação do Equador e a Revolta Farroupilha, já no Brasil Império.

– Todos possuíam uma enorme gama de reivindicações, porém o ponto comum era a defesa do regime republicano – disse.

Serys afirmou que o golpe final na monarquia, entretan-

que se expressa na educação. Observou que, se no Império as escolas públicas eram reservadas aos filhos da elite, elas foram relegadas às camadas mais pobres da população com o processo urbanizador, tornando-se "escolas de faz de conta".

– Abandonamos a escola pública para os pobres. Abandonamos no sentido de não dar os recursos, abandonamos no sentido de tolerarmos má qualidade, sem reclamar inclusive dos responsáveis pela má qualidade, seja o governador, seja o prefeito, seja o professor, seja a mídia. Nós não nos preocupamos com isso. Deixamos que a escola fosse duas. Uma República não tem duas escolas. Uma República tem uma escola – afirmou.



Serys ressalva que o país precisa avançar em muitos setores

to, foi dado pela Abolição da Escravatura após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Aos abolicionistas, que já eram republicanos, se juntaram os escravocratas, que não mais precisavam de uma monarquia centralizadora e forte para assegurar a manutenção do latifúndio e da sociedade escravista.

## Maciel: movimento inspirado pela democracia

Em discurso na sessão de homenagem aos 120 anos da Proclamação da República, Marco Maciel (DEM-PE) citou o jurista Fábio Konder para assinalar que o movimento republicano nasceu no Brasil sob o signo da democracia. Acrescentou que, antes de ser apenas um movimento militar contra o Império, é sabido que surgiu da inspiração de ideias e aspirações democráticas.

– O fato é que essas aspirações democráticas nascidas com a República continuaram a inspirar o pensamento republicano e a clamar pelo aprimoramento do regime. No governo de Wenceslau Braz, demos um enorme e significativo passo nesse



Dificuldades marcaram construção da República, destaca Marco Maciel

sentido, quando o alistamento eleitoral foi entregue à magistratura, num prenúncio que permitiu a criação, em 1932, da Justiça Eleitoral – frisou.

Marco Maciel disse que, des-

de então, foram muitos os avanços até o estágio atual da democracia brasileira, em que o processo de automação das eleições, iniciado em 1985 com a informatização do cadastro eleitoral, acabou com práticas como o "mapeamento" dos resultados eleitorais.

O senador salientou que o Brasil construiu sua República passando por dificuldades, como insubordinações, revoltas, rebeliões, revoluções e movimentos armados de toda natureza. O país ainda sofreu o fechamento do Congresso Nacional em mais de uma oportunidade e enfrentou crises econômicas, tensões sociais e conflitos políticos e ideológicos.

## Rádio Senado recorda o final da Monarquia

Celebrada em 15 de novembro, a Proclamação da República será lembrada hoje pela Rádio Senado. O especial *120 Anos da Proclamação da República* rememora o contexto histórico ao final da Monarquia no Brasil, como as desavenças entre Império e Igreja, e registra movimentos republicanos anteriores à proclamação. O programa vai ao ar às 18h.

Também por ocasião dos 120 anos da República, o programa *Visão Política* reprisa uma entrevista com o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) sobre a autonomia dos estados brasileiros. O senador defende a revisão do pacto federativo do Brasil para garantir mais independência às unidades da Federação em questões como a legislação penal. O *Visão Política* vai ao

ar às 7h30.

Já O programa *Entrevista Especial* receberá, na segunda-feira, ao meio-dia, o presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Fernando Collor (PTB-AL), e o senador Delcídio Amaral (PT-MS) para debater os problemas enfrentados pelo país nessa área, inclusive o apagão ocorrido esta semana em vários estados.

## Deodoro resistia à ideia de derrubar a Monarquia

No livro *História do Brasil*, Boris Fausto afirma que contatos entre alguns líderes republicanos paulistas e gaúchos e os militares, com o objetivo de derrubar a Monarquia, vinham acontecendo esporadicamente desde 1887. No dia 11 de novembro de 1889 – quatro dias antes da Proclamação da República –, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo e Quintino Bocaiuva, entre outros, reuniram-se com o marechal Deodoro da Fonseca, para convencê-lo a liderar um movimento contra o regime.

Na avaliação do historiador, a participação de Deodoro era importante "como figura conservadora e de prestígio no Exército". Boris Fausto registra que o marechal resistia, pela amizade que mantinha com o imperador D. Pedro II e por entender que o problema era de ordem estritamente militar, porque não lhe agradava que paisanos estivessem na conspiração. Boatos espalhados por jovens militares, falando da prisão de Deodoro, da redução dos efetivos e até da extinção do Exército, de acordo com o historiador, levaram Deodoro a decidir-se pelo menos a derrubar o Visconde de Ouro Preto, um liberal convidado pelo imperador para formar novo gabinete.

O dia da proclamação é assim descrito por Boris Fausto: "Nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro de 1889, Deodoro assumiu o comando da tropa e marchou para o Ministério da Guerra, onde se encontravam os líderes monarquistas. Seguiu-se um episódio confuso, para o qual existem versões diversas, não se sabendo ao certo se naquele dia Deodoro proclamou a República ou apenas considerou derrubado o ministério. Seja como for, no dia seguinte a queda da Monarquia estava consumada. Alguns dias mais tarde, a família real partia para o exílio".

Boris Fausto relaciona alguns fatores para explicar o fim da Monarquia. Afirma que duas forças devem ser ressaltadas – o Exército e um setor da burguesia cafeeira de São Paulo organizado no Partido Republicano Paulista (PRP) – e cita um fator humano: a doença do imperador. O diabetes teria tirado do centro das disputas importante elemento estabilizador. A ausência de dom Pedro II, detentor de prestígio pessoal e daquele derivado do trono e que servia de amortecedor das queixas militares, colocou os oficiais do Exército em confronto direto com a elite imperial.

Outro ponto é levantado pelo historiador: não havia uma perspectiva animadora para um terceiro reinado. Com a morte de dom Pedro, subiria ao trono a princesa Isabel, cujo marido – o conde d'Eu – era francês.

## Renan defende sua proposta sobre pagamento de precatórios



Renan afirma que emenda garante o pagamento a quem mais precisa

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) condenou ontem, em Plenário, as críticas feitas à proposta de emenda à Constituição dos Precatórios (PEC 12/06), de sua autoria, aprovada no Senado em abril deste ano e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Para ele, não há como obrigar o poder público a pagar o precatório ao credor, mas a emenda vai permitir o cumprimento da decisão judicial, além de obrigar os estados e municípios a reservarem recursos exclusivos para o pagamento dos títulos, de acordo com a sua receita.

– Hoje, 485 mil credores esperam o pagamento de indenizações, pensões, benefícios previdenciários, débitos trabalhistas e créditos alimentícios. 85% de-

les estão abaixo de R\$ 15 mil. A nova fórmula vai permitir pagar aos que mais precisam, aqueles que estão na fila prejudicados por um precatório de valor elevado – afirmou Renan.

O parlamentar lembrou ainda que, no novo modelo que propõe, uma parte dos precatórios será paga na recompra deles em leilões de deságio, mas somente se o credor desejar; caso contrário, receberá o valor integral, com prioridade às dívidas de menor valor e aos chamados precatórios alimentícios às pessoas com mais de 60 anos.

### Policiais

Renan também fez um apelo para que o Plenário do Senado vote logo outra proposta sua que institui o piso salarial nacional para os policiais civis e militares e os bombeiros.

– Essa PEC é o primeiro passo para qualquer coisa que queiramos fazer para a segurança do nosso país. Os policiais, que trabalham 24 horas seguidas e folgam dois dias, são obrigados a fazer bicos, a vender suas folgas para ajudar no orçamento de suas famílias. Isso retira a dedicação e o entusiasmo deles.

## Camata: acordo para royalties do pré-sal é bom para o país

Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou ontem que as bancadas do Espírito Santo honrarão o acordo de partilha dos royalties do petróleo da camada de pré-sal decidido entre o presidente da República, o relator dos projetos do pré-sal, os governadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e parlamentares dos estados produtores de petróleo. A decisão foi tomada em reunião na terça-feira. O senador observou que, pelo acerto, os estados produtores vão perder parte dos royalties, mas não tanto quanto o governo federal e o relator do projeto queriam.

– O Espírito Santo realmente perde muito, mas todos os estados e municípios saem ganhando, mesmo que não sejam produtores. Os estados produtores realmente têm de ganhar com o pré-sal, apesar de que, pela definição constitucional, os royalties representam uma compensação não só pela extração do bem, mas pelos malefícios que a extração provoca.

No caso do Espírito Santo, a grande movimentação de caminhões carregados do petróleo extraído do mar “está destruindo a BR-101” a ponto de o governador do estado, Paulo Hartung, projetar a construção de uma rodovia paralela. Também haverá a necessidade de uma nova ponte ligando o litoral à capital, Vitória, construída em uma ilha. Novos acessos ao aeroporto local também serão necessários, informou.

– Diz um deputado norueguês que o petróleo, para os economistas, é o ouro negro, mas para os sociólogos é o mijo do capeta, porque quando acaba



Camata: “Quando o petróleo acaba, só fica desgraça, pobreza, poluição”

o petróleo só fica desgraça, miséria, pobreza, poluição. E um dia ele acaba. Por isso existe o royalty – acrescentou.

Gerson Camata elogiou a decisão do presidente da República de aceitar uma redução da parcela que caberia inicialmente à União nos royalties. De acordo com os jornais, o acerto prevê que a União ficará com 22% (o governo federal queria 30%); os estados produtores com 25%; os estados e municípios não produtores com 44% (metade para cada ente); os municípios produtores com 6%; e os municípios afetados diretamente pelo sistema de embarque-desembarque do petróleo com 3%.

– Quero fazer uma sugestão ao presidente da República. Assim que o pré-sal estiver sendo explorado, que a Petrobras baixe um pouco o preço do litro da gasolina e do diesel. O Brasil se tornou autossuficiente em petróleo, mas a gasolina subiu de preço. Não estou pedindo preço baixíssimo como ocorre em alguns países onde sobra petróleo. No entanto, não tem sentido o brasileiro pagar um dos preços mais altos do mundo por sua gasolina.

Relator corta 15% dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento. Cada parlamentar terá R\$ 12,5 milhões para distribuir em 20 emendas



Magela (E), relator-geral, reservou R\$ 23,3 bilhões para despesas extras. Ao lado, senador João Ribeiro (E) na reunião da CMO



## Comissão aprova relatório preliminar do Orçamento

SENADORES E DEPUTADOS vão dispor, cada um, de R\$ 12,5 milhões para indicar projetos para seus estados no próximo ano como parte das 20 emendas individuais que poderão incluir no Orçamento federal. Com acréscimo de R\$ 2,5 milhões em relação ao inicialmente previsto, o novo teto foi incluído no relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária (LOA) para 2010 aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A ampliação da cota foi um dos pontos que possibilitou a votação, depois de acordo fechado na noite anterior entre o relator-geral, deputado Geraldo Magela (PT-DF), e líderes partidários. Outra medida envolve a previsão de R\$ 3,9 bilhões, ainda em 2010, para compensar os estados pelas desonerações tributárias aos exportadores asseguradas pela Lei Kandir. Parcela adicional de até R\$ 1,3 bilhão poderá ser liberada, no ano seguinte, caso as receitas tributárias de 2010 ultrapassem os níveis previstos.

A votação chegou a ser ameaçada pela persistência da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) em defender a elevação da cota das emendas individuais para R\$ 13 milhões. Pelo acordo, o relator-geral rejeitaria todos os destaques para reexame das

emendas que ficaram de fora do relatório. A deputada estava inconformada, pois queria a inclusão de duas sugestões de sua autoria, uma delas para aumentar a cota. Se pedisse conferência das presenças, ela poderia derrubar a reunião, mas acabou recuando, para não atrasar o cronograma de tramitação.

Como justificativa para uma ampliação do teto de valor para as emendas individuais, Rose de Freitas afirmou que vem sendo mais fácil executar emendas individuais do que as apresentadas pelas bancadas dos estados. Ao fim da reunião, em entrevista, Magela avalizou a afirmação da colega. Segundo ele, o nível de execução das emendas de bancadas não passa de 40% do valor previsto.

– As emendas individuais cumprem papel importante na democratização do Orçamento nos pequenos municípios. Além disso, tem CPF, endereço e impressão digital do beneficiário. É mais fácil e tranquilo ter transparência – afirmou o relator, que alegou falta de recursos para negar o pedido da deputada.

### Emendas

O prazo de sete dias úteis para a apresentação das emendas será aberto nesta segunda-

feira. Parlamentares, bancadas estaduais e comissões técnicas deverão lançar no sistema informatizado da CMO os projetos que querem ver executados no ano que vem. O relatório preliminar aponta uma reserva de recursos de R\$ 23,3 bilhões para atender às novas despesas. Desse total, R\$ 74 bilhões estão reservados para cobrir o estoque das emendas individuais.

Outros R\$ 13,3 bilhões vão cobrir as chamadas emendas de relator e as despesas indicadas como prioritárias no próprio relatório preliminar – caso da Lei Kandir, a revisão do salário mínimo acima dos já previstos R\$ 505,90 e a complementação para os aposentados com benefício acima do salário mínimo, entre outras despesas.

A parcela final de R\$ 2,6 bilhões irá compor a reserva de recursos para as emendas de bancadas e comissões, que será reforçada ainda com remanejamentos depois dos cortes sobre outras despesas, inclusive as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O governo acabou cedendo, para admitir corte de até 15% do montante global do programa, de R\$ 22 bilhões. Sem isso, como admitiu Magela, três dos relatores das dez áreas setoriais ficariam sem meios para atender às emendas coletivas.

## João Tenório celebra votação de projeto que beneficia Alagoas

João Tenório (PSDB-AL) comemorou ontem a aprovação do projeto de resolução (PRS 73/08) que instituiu um critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada de estados que não haviam sido contemplados pela Resolução 2/09, aprovada pelo Senado em março deste ano. A proposição, que beneficia Alagoas, foi aprovada na quarta-feira pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos, e, à tarde, pelo Plenário.

– Desde o início do atual governo de Alagoas, o estado não pôde, devido às imensas dificuldades financeiras existentes, contratar qualquer operação de crédito que lhe possibilitasse realizar investimentos que atenuassem nossa difícil

situação social – relatou.

O senador explicou que os estados podem escolher, entre duas alternativas, a que lhes for mais benéfica, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A proposta diz que “o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico: todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida ou os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027”.

João Tenório agradeceu o empenho do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e do senador Garibaldi Alves (PMDB-



João Tenório relata esforços de seu estado para superar dificuldades

RN), que, como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), responsável pela elaboração do projeto, priorizou sua votação.

O parlamentar relatou a difícil situação socioeconômica de Alagoas, destacando que o atual governo conseguiu reduzir significativamente a dívida estadual, realizar novos convênios e contratos e colocar em dia os repasses de impostos aos municípios, além de recuperar a confiança dos fornecedores.

Projeto que autoriza a União a fazer a doação foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores

## Brasil dará R\$ 13,6 mi para Moçambique combater a Aids

POR DEZ VOTOS a favor e nenhum contrário, os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovaram ontem, em decisão terminativa, projeto que autoriza a União a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique. Os recursos devem ser utilizados na primeira fase de instalação de uma fábrica de medicamentos que impedem a multiplicação do vírus da Aids, os chamados antirretrovirais. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou voto favorável à matéria (PLC 193/09).

Conforme exposição de motivos justificando a proposta de doação, os medicamentos a serem produzidos em Moçambique poderão evitar a morte de cerca de 300 mil pessoas que necessitam de tratamento com antirretrovirais.

Para os brasileiros que possam

questionar o fato de o governo doar os recursos, mesmo com os serviços de saúde no Brasil necessitando de investimentos, Augusto Botelho (PT-RR) explicou que "a nação brasileira faz isso para impedir a morte de milhares de portadores de Aids naquele país africano". Posição semelhante foi defendida por Renato Casagrande (PSB-ES).

Também Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), João Tenório (PSDB-AL) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) apoiaram a doação, destacando que a medida é exemplo de solidariedade e ajuda humanitária que o Brasil dá ao mundo. Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou a ação do então ministro José Serra, no governo de Fernando Henrique Cardoso, no sentido de combater o monopólio então existente na fabricação de medicamentos usados no combate à Aids.

## Decisão "afirma personalidade cooperativa do Brasil", diz Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) saudou a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do projeto que autoriza a União a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique para a primeira fase de instalação de uma fábrica de medicamentos contra a Aids.

Viana considerou a aprovação um "grande avanço", que afirma a conduta solidária, generosa e de cooperação científica do Brasil com o continente africano, cuja porção subsaariana enfrenta problemas de grande gravidade em decorrência da Aids.

— É uma situação que afirma a personalidade cooperativa do Brasil perante o mundo. A balança comercial brasileira é inteiramente favorável a nós quando o assunto é troca com países latinos e africanos, o que justifica a sensibilidade para esse tipo de investimento.

Tião Viana frisou que o Brasil "tem o dever de continuar nessa caminhada", embora o senador reconheça a insuficiência de recursos do país para o atendi-



Viana lembra que balança comercial com a África é favorável ao Brasil

mento à saúde da própria população. Ele voltou a defender a aprovação da Emenda 29 – de sua autoria e que se encontra na Câmara –, que aumenta a participação da União no custeio da saúde.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que duas pessoas colaboraram para a aprovação da matéria: o embaixador do Brasil em Moçambique, Antônio Souza e Silva, e José Serra (PSDB), governador de São Paulo, por ter quebrado a patente de medicamentos contra a Aids quando era ministro da Saúde.

## Diálogo harmonioso entre Brasil e EUA

O INÍCIO DO governo Barack Obama indica a possibilidade de construção de um "diálogo harmonioso" entre Brasil e Estados Unidos, disse ontem o futuro embaixador brasileiro em Washington, Mauro Luiz Lecker Vieira. Sua indicação foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora examinada em Plenário.

Segundo o diplomata, o novo governo norte-americano tem emitido sinais de que considera o Brasil um importante interlocutor para temas globais. Vieira anunciou a criação de um "mecanismo abrangente", que reunirá 18 comitês e grupos de trabalho, sob a presidência da secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, e do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim. E apontou "atitudes positivas" de Obama em relação ao continente, como a sua presença em um encontro de presidentes da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

— Vamos ter uma grande possibilidade de negociar e, quando necessário, manter nossas posições discordantes, sem comprometer a relação como um todo – disse Vieira, atual embaixador brasileiro em Buenos Aires, cuja indicação teve como relator o senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

O embaixador considerou muito boas as perspectivas de recuperação da economia dos Estados Unidos, que, disse, "são e continuarão sendo a maior potência econômica e militar do mundo, apesar de todas as previsões em contrário". Ele ressaltou ainda o recorde no comércio bilateral – de US\$ 53 bilhões – registrado em 2008,



Mauro Lecker Vieira (esq., ao lado de Azeredo) teve o nome aprovado pela CRE

apesar da crise econômica.

A ampliação do comércio com os Estados Unidos foi registrada com satisfação pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), para quem a relação com Washington deveria ser prioritária na política externa brasileira. Ele criticou o protecionismo argentino e disse ver o Mercosul como um "peso" para o Brasil, uma vez que dificulta a celebração de acordos comerciais com outros países. Para o senador, o Chile foi "sábio" ao evitar o ingresso como membro efetivo do bloco.

### Alca

José Agripino (DEM-RN) também criticou o Mercosul, que, para ele, estaria "cambaleante". E considerou oportuno o reinício do debate sobre a possível criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proposta nos anos 90.

Já Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu atenção ao futuro embaixador a um acordo a ser firmado com os Estados Unidos para evitar a dupla tributação de renda. Segundo Dornelles, outros acordos já firmados com países como Itália e França têm funcionado bem e evitado a

dupla tributação de atividades no Brasil de empresas como Fiat e Peugeot. Mas o modelo sugerido por Washington, alertou, seria lesivo aos interesses do Brasil e, caso aceito, poderia levar outros países a defender uma revisão dos acordos já existentes.

Ainda a respeito do relacionamento econômico bilateral, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que os produtores brasileiros de suco de laranja estão sendo acusados de prática de *dumping* pelos produtores norte-americanos. Essa seria talvez uma represália, observou, às sanções decretadas pela Organização Mundial do Comércio contra produtores de algodão, por subsídios que receberam do governo dos Estados Unidos.

Durante o debate na comissão, a indicação de Mauro Vieira recebeu elogios dos senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Paulo Duque (PMDB-RJ), João Tenório (PSDB-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Augusto Botelho (PT-RR) e Cristovam Buarque (PDT-DF), além do presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## Chávez não segue Bolívar, diz Mão Santa

Ao se manifestar contrariamente à entrada da Venezuela no Mercosul, o senador Mão Santa (PSC-PI) criticou o presidente Hugo Chávez, acusando-o de ignorar princípios democráticos básicos defendidos inclusive pelo líder revolucionário venezuelano Simon Bolívar.

Considerado por Chávez como exemplo de herói nacional a ser seguido em seu país, Bolívar foi responsável pela independência de vários países da América espanhola, entre os quais a própria Venezuela, no início do século 19.

Para demonstrar a contradição do governo Chávez, Mão



Mão Santa: presidente da Venezuela ignora princípios democráticos básicos

Santa citou cinco frases famosas do revolucionário venezuelano, colhidas no livro *Grandes pensamentos de nuestro libertador*

*Simon Bolívar*. Uma das sentenças escolhidas por Mão Santa diz: "A primeira de todas as forças é a opinião pública".

— Se entra ou não entra Chávez? Não entra, não, Luiz Inácio. Não entra, não. Esse negócio de esquerda e direita é palhaçada. A ignorância é audaciosa. Ele [Chávez] não entra porque ele contraria o Simon Bolívar. Se ele se diz bolivariano e não sabe a filosofia do homem, é o mesmo que eu ser do Partido Social Cristão e não saber a filosofia de Cristo: dar de comer aos famintos, de beber aos que têm sede, vestir, assistir os doentes, visitar os presos – afirmou.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa • Gim Argello • Cristovam Buarque

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



São 212 mil amazonenses que vivem em casas precárias, diz Arthur Virgílio

## Virgílio aponta déficit habitacional no Amazonas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou em Plenário pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada no jornal *Diário do Amazonas*, segundo a qual 212 mil amazonenses vivem em habitações precárias. As casas, afirmou o senador, são inadequadas, construídas de madeira reaproveitada, de talha ou de taipa, a maioria sem banheiro e esgotamento sanitário.

– As estatísticas ampliam o quadro de precariedade do Amazonas, com déficit habitacional que aponta também as más condições de grande parte das casas, espalhadas por bairros periféricos da capital do estado – enfatizou, lembrando que as moradias são construídas em áreas de risco.

Virgílio registrou que estudantes de alguns *campi* da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) entraram em greve, devido à falta de transporte fluvial para transportá-los até a sede da instituição.

Senador aponta excesso na publicidade governamental, a que chamou de “lavagem cerebral”, e esforço de desqualificar toda crítica como uma “conspiração da elite”

## Jereissati: governo “mente em qualquer circunstância”

TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) acusou ontem o governo de exagerar na propaganda, tentando impor aos brasileiros a ideia de que tudo no Brasil está bem, que as críticas partem de uma elite e, portanto, “devem ser desqualificadas imediatamente”. Para ele, o excesso de propaganda do governo trata-se de uma “verdadeira lavagem cerebral”.

– É para passar a ideia de que nada está errado no Brasil, que tudo está certo e maravilhoso. Que a economia vai muito bem, que se acabaram as desigualdades, os problemas na educação e na saúde. Qualquer coisa fora disso seria conspiração de uma elite – disse o senador.

Jereissati sustentou que o governo tenta desqualificar qualquer crítica, numa atitude de autoritarismo que lembra a época do regime militar. A seu ver, a prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), aplicado no fim de semana, mostra claramente propaganda subliminar: para acertar uma questão, o estudante teria de concordar com a frase do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a crise no Brasil teria sido uma “marolinha” e que a imprensa teria exagerado



Tasso Jereissati cobra explicações sobre causas do apagão elétrico

ao criticá-lo pela afirmação.

Para o senador, o fato de ter havido um apagão de tamanha extensão, envolvendo 18 estados, na terça-feira, é prova de que nem tudo está bem e que o governo, em vez de admitir que podem existir problemas, culpou fatores atmosféricos.

– Está ficando quase uma obsessão do governo: mentir em qualquer circunstância, desde que seja mantida a ideia imposta de que o Brasil é o melhor país do mundo, que nada começou antes do presidente Lula, que tudo começou depois de Lula. Essa é uma visão totalitária – acrescentou.

Ao comentar o apagão elétrico, o parlamentar lembrou que o governo tratou de dizer que a causa de tudo teria sido raios

no estado de São Paulo, mas a hipótese foi questionada por especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

– Será que o maior sistema de transmissão de energia do Brasil não está preparado para tempestades e raios? É inacreditável. Isso é uma brincadeira. Eles nos tratam de maneira que todos nós fiquemos idiotizados, como se não tivéssemos capacidade de compreender as coisas ou de enxergar a um palmo adiante do nosso nariz – continuou.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que a pergunta sobre a “marolinha” contida no Enade é uma “propaganda subliminar” e qualquer estudante que se sentir prejudicado pode questionar o seu conteúdo, pois se trata apenas de opinião.

Ele questionou se uma crise que tirou um milhão de empregos dos brasileiros pode ser chamada de “marolinha”. Virgílio considera que esse tipo de propaganda faz parte do rol das “técnicas fascistoídes”. Também apoiaram o discurso de Jereissati os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Mário Couto (PSDB-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Mão Santa defende reajuste para aposentados

Mão Santa (PSC-PI) pediu, em discurso ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “não vete nada” dos projetos que beneficiam os aposentados, caso eles sejam aprovados pelos deputados. As propostas já passaram pelo Senado e incluem o fim do fator previdenciário, reajustes das aposentadorias iguais aos do salário mínimo e uma recomposição dos proventos. Os projetos estão prontos para votação na Câmara, mas o governo não quer conceder aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social os mesmos reajustes dados ao salário mínimo – inflação passada mais o percentual de crescimento da economia de dois anos antes.

– Lula, os velhinhos sonharam com você. Não os decepcione. Concorde com os aumentos, pois eles trabalharam a vida inteira e merecem um final de vida mais tranquilo. Esse tal de fator previdenciário é uma indignidade, pois corta a aposentadoria em uns 40%. Ele não existe em lugar nenhum do mundo – disse o parlamentar.

O senador relatou que os aposentados que estavam nas galerias do Plenário da Câmara, quando havia expectativa de votação dos projetos, “viraram as costas para os deputados”, quando souberam que as lideranças da base do governo não iriam dar quórum para a votação.



Esquemas envolveriam recursos destinados à habitação, diz senador

## Flexa Ribeiro denuncia desvio de verbas no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) denunciou a existência de esquema de desvio de verbas destinadas a um programa de construção de casas para colonos e ribeirinhos do Pará, gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com informações enviadas ao senador pelo deputado estadual paraense Italo Mácola, as fraudes seriam realizadas por intermédio de filiados do PT ligados a associações comunitárias e com a colaboração de funcionários do Incra.

Flexa Ribeiro citou também denúncia de irregularidade em programa habitacional de Igarapé-Miri, no nordeste do Pará. O superintendente do Incra, Elielson Pereira, confirmou que foram pagas 1.574 casas a serem construídas no município.

O senador informou ter encaminhado pedido de informações sobre os programas de habitação administrados pelo Incra.

## Heráclito: governo pensa que brasileiro é “alienado”

Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o núcleo de comunicação do governo Lula, por pensar que o povo brasileiro é “alienado”, tenta passar uma borracha em todos os escândalos e até negar que tenham ocorrido. Ele também repudiou declaração do ministro da Justiça, Tarso Genro, que classificou como “microincidente” o apagão de energia elétrica ocorrido terça-feira.

– Os integrantes do governo precisam encarar esse problema com humildade e responsabilidade. Já pensou o cidadão trabalhador, que acordou no dia seguinte e encontrou a sua comida deteriorada por causa do apagão, ouvir o ministro Tarso Genro dizendo que não foi nada, foi um microproblema? É um desrespeito – afirmou.

Heráclito mencionou debate entre os deputados federais Fernando Ferro (PT-PE) e José Carlos Aleluia (DEM-BA), na Globo News. Segundo o senador, Fernando Ferro disse que “o apagão é como acidente de avião”. Heráclito assinalou que, em 85% dos acidentes aéreos, a culpa é do piloto.

– Está na hora do governo apontar quem pilotou esse



Governo deve encarar o apagão com responsabilidade, afirma Heráclito

apagão.

Na avaliação do senador, passaram-se sete anos do governo Lula e os problemas antigos não foram corrigidos. Ele salientou que o governo anuncia crescimento da economia, mas não investiu o que deveria na infraestrutura.

O parlamentar disse que o caos não acontece apenas na energia elétrica. Cidades grandes, ressaltou, também estão enfrentando problemas com a falta de água.

– Não se pode culpar individualmente o ministro, a ministra ou o presidente. O problema é o conjunto da obra – observou.

Heráclito também repudiou

declaração do presidente Lula sobre o mensalão. Segundo Lula, o mensalão não existiu, mas houve uma manobra de oposição para expor o seu governo. O senador perguntou o que faz então o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar 40 ex-membros do governo.

Para o senador, o mensalão foi uma tentação que explodiu logo no começo do governo, quando os petistas teriam começado a “abandonar seus fuscas por aqueles carros de luxo importados”, a trocar “os ternos da Casa Colombo” pelos da grife Ricardo Almeida e a largar a “comida dos bandejeões” pela dos melhores restaurantes.

Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) disse que o povo sabe que o “Lula não vale nada”, mas dá bolsa-família e quer dar até telefone celular.

Heráclito também relatou denúncia da imprensa piauiense sobre a empresa que fará o porto de Luís Correia, uma obra de R\$ 50 milhões. Segundo a denúncia, a empresa foi desclassificada na licitação da reforma de uma lavanderia comunitária, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Senador destaca construção de outro hospital na capital de Roraima

## Augusto elogia maternidade de Boa Vista

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, em Roraima, que completou 27 anos em 5 de novembro. Segundo o parlamentar, a maternidade, composta por 205 leitos e 19 incubadoras na unidade de terapia intensiva neonatal, é a única desse porte na região, com especialidade para atender ginecologia, obstetria e neonatologia.

Somente no ano passado, o Hospital Materno Infantil realizou 27.853 atendimentos médicos.

Augusto Botelho também anunciou que em breve terá início a construção de um outro maternidade em Boa Vista, no bairro de Pintolândia, com 60 leitos para obstetria.

– Tenho trabalhado arduamente para conseguir tirar do papel este hospital – garantiu o senador, responsável, segundo afirmou, pelas emendas orçamentárias que destinaram R\$ 34 milhões à obra.

## Inácio Arruda é autor da PEC que reduz jornada

O *Jornal do Senado* informou equivocadamente, em matéria na página 8 da edição de ontem, que o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

é um dos autores da proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas. A proposta (PEC 231-A/95), na

verdade, tem como primeiro signatário o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e, como segundo, o senador Paulo Paim (PT-RS).

Cientistas, representantes da Unesco e senadores apontam os efeitos do conhecimento científico e tecnológico para o crescimento econômico e a solução dos problemas sociais. Encontro marca data internacional dedicada ao tema

# Comissões lembram papel da ciência para a paz e o desenvolvimento

SEIS COMISSÕES PERMANENTES do Senado comemoraram ontem, no Plenário da Casa, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento (10 de novembro), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), abriu a solenidade.

– A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha em favor da paz – resumiu.

O senador lembrou ainda que a ciência cria novos meios e modos para que a Humanidade possa viver cada vez melhor. Ele defendeu ações legislativas destinadas a incentivar e apoiar no país o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

Outro a homenagear a data foi o senador Flávio Torres (PDT-CE). Para ele, não haverá paz no mundo enquanto a fome existir, “permitida e contemplada por alguns governantes como forma de se perpetuar no poder”.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também destacou a data lembrando que, nos dias de hoje, a paz deve ter um conceito mais amplo. Para se ter paz, a seu ver, é necessário criar

políticas de apoio às crianças, aos adolescentes, aos idosos e para cidadãos aliados do processo de desenvolvimento.

A sessão foi solicitada, além da CCT, pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Educação e Esporte (CE); de Serviços de Infraestrutura (CI); e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



Senador diz que procedimento vem sendo usado no combate a miomas

## Gim quer incluir embolização uterina na tabela do SUS

Gim Argello (PTB-DF) fez ontem, em pronunciamento no Plenário, um apelo ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que inclua na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), “o quanto antes”, o procedimento da embolização uterina.

Trata-se, segundo explicou o parlamentar, de uma técnica simples que vem sendo utilizada no combate aos miomas. O procedimento requer apenas anestesia local e pode ser feito em regime ambulatorial ou no máximo com um dia de internação. É realizada uma punção na virilha, onde é introduzido um cateter que injeta microesferas nas artérias que irrigam os miomas, fazendo com que o sangue não chegue mais a eles. Assim, por falta de nutrientes e de oxigenação, os miomas morrem e a mulher poderá engravidar.

De acordo com o senador, a embolização uterina, que custa cerca de R\$ 4 mil na rede hospitalar particular, ainda não está disponível pelo SUS, que, para retirar os miomas, continua submetendo cerca de 200 mil mulheres anualmente à histerectomia, que consiste na retirada do útero, tornando-as inférteis.

– Pois bem, a histerectomia é uma técnica que, apesar de eficiente e largamente praticada, acarreta sério distúrbio psicológico e emocional à mulher (pela perda do útero e da possibilidade de gerar a vida), além de poder trazer outras complicações futuras, como a incontinência urinária, por exemplo – disse ele.

Gim Argello parabenizou a apresentadora de televisão Ana Maria Braga, da Rede Globo de Televisão, por matéria apresentada em seu programa, no último dia 4 de novembro, sobre a embolização uterina.

### INTERVENÇÃO NO PARÁ

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comunicou ao Plenário que o Tribunal de Justiça do Pará aprovou intervenção federal no estado, ao julgar cinco ações de fazendeiros que tiveram terras invadidas por movimentos de sem-terra. Eles pediram intervenção porque o governo estadual não cumpriu reintegração de posse determinada pelo Justiça. Flexa Ribeiro informou que apenas um dos 22 desembargadores votou contra a intervenção.



Jacob Palis: país adquiriu prestígio internacional

Marco Raupp recomenda investir em educação

Roseli Lopes: ênfase na formação de professores

## Brasil torna-se nova potência científica, diz pesquisador

O presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC), Jacob Palis, que participou da audiência sobre o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, afirmou que o Brasil é uma das novas potências científicas, ao lado da China e da Índia, que crescem em produção e qualidade, em índices maiores do que países desenvolvidos.

O Brasil adquiriu prestígio e reconhecimento na área científica, ressaltou, o que exige que o país continue investindo na área. Nesse sentido, o presidente da ABC apelou ao Congresso pela manutenção do orçamento destinado à ciência e tecnologia para 2010, que atualmente representa 1,2% do produto interno bruto (PIB). Ele informou que a intenção do governo é de que tais investimentos cheguem a 1,5% do PIB, em cinco anos.

Palis enfatizou que a colaboração científica entre as nações pode contribuir com o progresso e beneficiar os povos menos favorecidos. Ele destacou ainda a necessidade de opção pelo desenvolvimento sustentável.

### Racionalidade

O conhecimento científico é o instrumento que racionaliza e propõe soluções para que haja desenvolvimento com sustentabilidade, ressaltou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp. Em sua avaliação, a ciência pode reverter os problemas ambientais já existentes, como o aquecimento global, a poluição e a extinção de espécies. Pode ainda evitar problemas futuros, bem como orientar a utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico, sem extingui-los ou esgotá-los.

Marco Raupp informou que o Brasil participa com 2% da

produção mundial de trabalhos científicos. Esse percentual, ressaltou, está de acordo com o desenvolvimento do país, uma vez que o PIB do Brasil representa 2% da economia mundial. Esse desenvolvimento científico, ressaltou, deve-se especialmente às pesquisas da Petrobras, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre outras instituições.

O presidente da SBPC também enfatizou a necessidade de haver maior investimento em educação. De acordo com ele, a educação fundamental e média é deficiente, especialmente em matemática, o que repercute na formação de poucos cientistas brasileiros. Para Raupp, o investimento em educação vai permitir o desenvolvimento econômico e a diminuição das desigualdades regionais.

### Professores

Na opinião da diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo (USP), Roseli de Deus Lopes, o sistema educacional não estimula as potencialidades dos brasileiros. Ela sugeriu a intensificação de programas de qualificação continuada de professores, para capacitá-los a lidar com a atual geração de estudantes e com as novas tecnologias.

A pesquisadora também criticou o fato de o conhecimento científico produzido nas universidades não ser transferido à sociedade. Muitas das inteligências brasileiras, observou, são “desperdiçadas”, pois, pela falta de oportunidade, muitas vezes, vão atuar em outros países.

## Para Unesco, mundo caminha para sistema econômico-ecológico

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Vincent Defourny, leu em Plenário mensagem do diretor-geral da instituição, Koichiro Matsuura, para quem há sinais de que, no futuro, a tendência é a criação de um sistema econômico-ecológico, apoiado no desenvolvimento sustentável, para abordar desafios em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

– Nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento, peço que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo. Que persista na busca de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia – defendeu Matsuura.

Já a coordenadora mundial do Programa de Educação Científica

da Unesco, Beatriz Macedo, defendeu a implantação de uma educação de qualidade, com resultado no aprendizado, como ferramenta essencial para se eliminar a pobreza e o subdesenvolvimento.

Beatriz Macedo defendeu ainda a introdução, no sistema educacional, da formação científica, para possibilitar a todos a compreensão da realidade, e, assim, contribuir para a formação cidadã, proporcionando um futuro melhor para a sociedade como um todo.

O chefe da assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, José Monserrat Filho, ressaltou a importância da paz permanente e sustentável entre as nações.

– Esse é o grande desafio do século 21: como conseguir a paz e o desenvolvimento ou enfrentaremos problemas hoje inimagináveis – afirmou.



Monserrat: desafio é unir paz ao desenvolvimento

Defourny lê mensagem do diretor da Unesco

Beatriz Macedo: atenção à formação científica

### Dia Mundial da Ciência

O objetivo da data é chamar a atenção para a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento humano, social e econômico



Fonte: Unesco